



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do 1º Congresso Nacional das Carreiras Jurídicas de Estado

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 10 de junho de 2008

Quero cumprimentar o meu companheiro e vice-presidente da República, José Alencar,

O senador Garibaldi Alves Filho, presidente do Senado Federal,

O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,

O José Antonio Dias Toffoli, advogado-geral da União,

O Jorge Hage Sobrinho, ministro do Controle e da Transparência,

Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos,

Ministro Sepúlveda Pertence, presidente de honra do Congresso Nacional de Carreiras Jurídicas Públicas,

O senhor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, procurador-geral da República,

O deputado Osmar Serraglio, que está aqui,

Cumprimentar todos os senhores presidentes dos Tribunais Superiores,

Senhoras e senhores ministros dos Tribunais Superiores também,

Senhor Raimundo Cezar Britto Aragão, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados,

Senhoras e senhores integrantes das carreiras jurídicas do Estado,

Senhoras e senhores,

Amigos e amigas,

Companheiros e companheiras,

Companheiros da imprensa, tão sequiosa por uma novidade que eu não tenho para lhes oferecer, a não ser a vitória do Corinthians sobre o Sport



amanhã, lá em Pernambuco.

Participar da abertura deste Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado é uma grande honra. E fazer isso no ano em que a Constituição da República comemora os 20 anos de sua promulgação é uma honra maior ainda. E tudo isso ganha ainda mais significado pelo fato de estarmos reunidos neste auditório que leva o nome do saudoso deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Todos nós que vivemos e respiramos a democracia temos no querido doutor Ulysses um importante referencial e uma eterna gratidão por tudo que ele representou para a consolidação da cidadania e da liberdade no nosso querido Brasil. Muitos de vocês, jovens que são, talvez não se recordem precisamente do clima político e social sob o qual foi construída a nossa Constituição de 1988, uma Constituição profundamente democrática, repleta de garantias e direitos.

Já aqueles que participaram dos movimentos sociais no final dos anos 70 e 80, que fizeram passeatas e que foram a comícios, como alguns de nós que estamos aqui, ainda guardam na memória o valor daquelas lutas que se materializaram numa carta constitucional que garantiu direitos mas, principalmente, assegurou o maior deles: a liberdade. Estou certo, porém, de que todos nós, independentemente da nossa idade, guardamos em nosso coração e em nossa mente o verdadeiro sentido da Constituição e de seu profundo sentido histórico.

O Brasil, como se sabe, foi marcado em sua história por um movimento pendular, que alternou períodos de autoritarismo, centralização e censura com outros de democracia, descentralização e liberdade, como este que vivemos hoje e que, cotidianamente, nos empenhamos em defender e consolidar. Vivemos tempos difíceis e momentos sombrios a partir de 1964. Os atos institucionais e os textos constitucionais de 1967 e 1969 suprimiram direitos e



garantias individuais. A Constituição, em vez de estatuto da liberdade e norma de representação da sociedade, era instrumento de repressão institucional. Mas o povo respondeu com o movimento pelas Diretas Já, pela anistia e por uma Assembléia Constituinte que acumularam forças e atingiram os seus objetivos. Nossa Constituição, promulgada como resposta coletiva ao estado autoritário, é a expressão mais alta da reconquista da democracia no Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

Todas as carreiras e instituições representadas aqui neste Congresso têm seus fundamentos na Constituição de 1988. Eu estou falando do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública, funções classificadas como essenciais à Justiça, e dos magistrados e de outros segmentos que integram o Poder Judiciário.

Essas carreiras têm contribuído para o fortalecimento do Estado, a consolidação da democracia e a melhor prestação de serviços judiciais. Elas têm, assim, buscado garantir maior acesso à Justiça com agilidade, eficiência e capacidade de atendimento a todos os cidadãos. Nenhuma destas carreiras subsistiria isoladamente. Elas não existem para si próprias mas, sim, para o Estado, para a sociedade, para o povo, para o desenvolvimento da nação dentro do Estado Democrático de Direito.

Mas, é claro que há muito a ser melhorado e aperfeiçoado. Este Congresso é prova disso, na medida em que é a primeira vez que todas essas importantes carreiras de Estado estão juntas para debater o sistema judicial brasileiro. As carreiras jurídicas reunidas neste encontro não podem deixar de considerar os objetivos constitucionais, e devem ser as suas guardiãs. Essa missão, cumprida por todos vocês, garante a harmonia do nosso sistema e a estabilidade da nossa democracia.

Um quadro político estável, em uma sociedade democrática, só é possível com instituições fortes. Como também devem ser fortes as demais instituições sociais como, por exemplo, os sindicatos, associações e



federações, tanto de trabalhadores como de empresários e, também, os partidos políticos.

Minhas senhoras e meus senhores,

A força e a solidez de nossas instituições possibilita que justamente sob a Constituição cidadã de 88 estejamos vivendo o mais longo período de estabilidade democrática de nossa história. Ela é um modelo de garantias sociais como o Sistema Único de Saúde, o SUS, e de liberdades civis que nos orgulham e servem de exemplo a outras nações.

Mas esta Constituição deve assegurar mais do que a democracia formal. E é justamente por isso que nos empenhamos em tornar cada vez mais concretos e efetivos os seus objetivos fundamentais presentes no artigo 3º. São eles: construir uma sociedade livre, justa e solidária; segundo, garantir o desenvolvimento social, o desenvolvimento nacional; terceiro, erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais; quarto, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para que isso seja possível, é preciso continuar avançando no fortalecimento das instituições democráticas e na satisfação rápida e eficaz daqueles que necessitam de serviços judiciais.

Todos vocês estão comprometidos e têm colaborado com as inovações decorrentes do Pacto Por Um Judiciário Mais Rápido e Republicano, assinado pelo chefe dos Três Poderes em 2004.

Temos dado passos importantes. No âmbito do Ministério da Justiça, criamos a Secretaria de Reforma do Judiciário, que deu a largada para muitas das mudanças já alcançadas. Vocês contam, hoje, com ferramentas processuais cada vez melhores e uma sistemática processual simplificada. Ontem, mesmo, sancionei algumas leis aperfeiçoando a legislação penal brasileira, mas precisamos desenvolver meios mais simples de possibilitar cada vez maior acesso aos direitos e à Justiça, que não sejam demorados e nem



caros demais para as pessoas que têm poucos recursos. Também precisamos saber dar atendimento mais célere e preferencial para aqueles temas voltados ao desenvolvimento nacional e à efetivação dos objetivos do artigo 3º da Constituição. Tenho certeza de que este Congresso vai apresentar propostas para aprimorar as normas existentes e encontrar novas formas de abreviar as dificuldades de todos aqueles que precisam dos serviços judiciais, em especial as parcelas mais pobres do nosso povo. Esta é a nobre missão de todos vocês.

Meus amigos e minhas amigas, aqui já estava escrito obrigado, mas eu vou continuar um pouco mais. Eu não vou falar de medidas provisórias. Eu quero apenas comentar com vocês o momento que está vivendo o nosso País. Hoje foi divulgado o Produto Interno Bruto Brasileiro e hoje, mais uma vez, nós assistimos, nas informações do IBGE, de que no 1º trimestre o nosso PIB cresceu 5,8%, a indústria cresceu 6%, a construção civil cresceu 8%, o consumo das famílias cresceu 6%, o comércio cresceu 7%, as importações cresceram, as exportações menos, mas serão compensadas agora pelas exportações das commodities, que começam a ser colhidas agora. E isso me faz fazer alguns comentários nesta noite em que o primeiro Congresso das Carreiras Jurídicas de Estado está sendo realizado.

Nós, enquanto Brasil, não somos mais coadjuvantes no cenário internacional. Houve um tempo em que o Brasil não era levado a sério, nas suas relações internacionais ou nos organismos multilaterais. O Brasil era tido como um país pequeno, como um país de Terceiro Mundo.

O tempo foi passando, aconteceu neste País uma revolução tecnológica na área da agricultura, o Brasil passou a ser o maior exportador de carne do mundo, o maior exportador de sucos do mundo, o maior exportador de café do mundo, um dos maiores exportadores de soja do mundo, um dos maiores exportadores de frango do mundo, e um dos maiores exportadores de minério do mundo. Mais recentemente, o Brasil deixou de ser um mero exportador de commodities e passou a ser um exportador de produtos manufaturados.



E, aí, surge a nossa disputa pela questão de uma nova matriz energética, que alguns teimam em dizer que não tem, e o Brasil teima em provar que existe. Nós temos tecnologia, temos mão-de-obra qualificada, temos prova de que ela é menos poluente e emite menos CO2 do que o combustível fóssil existente.

Tudo isso coloca o Brasil num cenário de muito mais otimismo, de muito mais possibilidade de um crescimento sustentável mas, também, de muito mais possibilidade de termos que lutar muito mais para conquistarmos aquilo que o Brasil tem direito, no mundo.

Nós já organizamos o G-20, que negocia na Organização Mundial do Comércio a Rodada de Doha. E nós queremos que os países ricos reduzam os subsídios dos produtos agrícolas, para permitirem a entrada dos produtos dos países mais pobres. Nós estamos exigindo que os países mais ricos, como os Estados Unidos, reduzam as taxas que impõem sobre o álcool brasileiro e, também, os subsídios que eles impõem à sua própria agricultura, para ser mais competitiva. E estamos dispostos a fazer as nossas concessões nos produtos considerados industriais, para que a gente possa ter um certo equilíbrio, mais equânime, nas nossas relações.

Não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples. É uma coisa difícil, porque todo mundo sabe que nessa disputa jurídica, nessa disputa política, nessa disputa econômica não há limite para que as pessoas se sintam vencidas e aceitem fazer um acordo.

E por que eu resolvi dizer isso para vocês, quando o assunto aqui é, eminentemente, a discussão sobre as questões jurídicas e as questões judiciais? É porque tudo o que nós discutirmos está intimamente ligado ao futuro que nós queremos determinar para este País. Este País, durante muitas décadas, deu sinais extraordinários de que iria crescer, de que iria se desenvolver, de que iria saltar do patamar de país de Terceiro Mundo para um país desenvolvido. E passava o tempo, este País tinha uma recaída, o sonho



do crescimento simplesmente acabava e muitas vezes o povo ficava com o prejuízo. Muito mais por paciência do povo brasileiro e competência do povo brasileiro, da nossa inteligência, a verdade é que já faz mais de 30 meses que este País entrou no ritmo de crescimento em que crescem os salários, em que diminuiu a inflação, em que crescem as nossas exportações, aumenta a nossa balança comercial, aumentam as nossas reservas, num sinal concreto de que possivelmente nem a crise americana – que não é pouca coisa – venha nos causar problemas.

Eu acho que este momento, meu companheiro Toffoli e companheiros que vão participar deste Seminário, é o momento para se fazer uma profunda reflexão sobre o nosso País, porque muitas vezes, nós gostamos de jogar a culpa uns nos outros... as coisas não funcionam por causa da Suprema Corte, a Suprema Corte diz que não funciona por causa da instância de primeiro grau no Judiciário, o presidente da República diz que não funciona por causa do Congresso Nacional, o Congresso Nacional diz que não funciona por causa de medida provisória, todos nós ficamos procurando alguém para dizer porque as coisas não andam, como se nós todos não fôssemos brasileiros, como se nós todos não tivéssemos interesse.

Eu queria dizer ao meu querido companheiro Garibaldi que a medida provisória foi parida na Constituição de 1988 como um ato altamente revolucionário, porque era necessário acabar com os decretos-leis exibidos pelos presidentes da República. E ela funcionou até que o Congresso Nacional começou a achar que se mandava muitas medidas provisórias, e que iam apenas mudando palavras e letras e mandando as mesmas medidas provisórias. Elas não voltavam e continuavam valendo. Até que, em 2001, o Congresso entendeu que deveria criar uma trava, que deveria criar um movimento para que num determinado momento a medida provisória trancasse a pauta. O que o Congresso imaginava quando fez isso, Garibaldi? Ele imaginava que o Congresso, para evitar que trancasse a pauta, votasse



rapidamente. Foi para isso que se criou a trava. Lamentavelmente, não aconteceu.

Eu disse ao Garibaldi e ao presidente Arlindo Chinaglia que, da parte do Poder Executivo, nós estamos dispostos a fazer qualquer coisa para que o Congresso possa votar, seja com medida provisória, com projeto de lei, com o que for necessário. Agora, a única coisa é que o Estado não pode parar. A única coisa sagrada é que o Estado não pode parar.

Vejam que, de vez em quando, nós temos divergências, elas aparecem na imprensa, e é importante porque faz parte do jogo democrático. Recentemente, eu tive que anunciar o projeto de política de desenvolvimento produtivo, e naquele projeto tem coisas que são tão essenciais que têm que ser por medida provisória, porque se for por projeto de lei pode demorar, passar o ano que vem e não serem votadas, e nós perderemos a oportunidade.

Agora mesmo, o aumento do setor público, de várias carreiras de funcionários, eu poderia ter mandado como projeto de lei, mas como eu não queria que os funcionários fossem para o Congresso Nacional fazer pressão, resolvi mandar por medida provisória, porque entendia que era urgente e que precisava ser votado.

Ora, eu penso que a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, na medida em que a gente se coloque de acordo, cada um respeitando o tempo do outro, se a gente tiver maturidade e sensibilidade, as coisas podem funcionar muito mais rapidamente neste País. Um projeto de lei não precisa esperar 3 anos, não precisamos utilizar medidas provisórias, uma sentença não precisa esperar 9, 10 anos e, muitas vezes, por causa da briga administrativa.

Hoje, um processo administrativo que a Fazenda tem que mover, ou que alguém tem que mover contra a Fazenda, só os debates administrativos demoram 7 anos ou mais. Até chegar na mão do ministro Gilmar, vai demorar mais 8 ou 9 anos, vão ser 16 anos. Isso, na minha opinião, chama-se custo-



Brasil. E é um retrocesso para o País essas coisas demorarem tanto.

Nós estamos tentando fazer as coisas acontecerem. O Pacto assinado pelo então presidente Jobim, por mim e pelo presidente do Congresso Nacional, em 2004, permitiu que a gente fizesse avanços substanciais e algumas coisas ainda estão por avançar.

Eu espero que vocês, acompanhando a política nacional, tenham em conta que a decisão de vocês, no gesto mais simples ou no gesto mais ousado, pode ter a mesma importância para o Brasil que o comportamento do presidente do Senado, o comportamento do presidente da República, de um deputado ou de um senador.

Eu acho que todos nós precisamos saber apenas o seguinte: o Brasil nunca teve a oportunidade que está tendo. Eu diria que este País está vivendo quase um momento mágico da sua economia e da sua convivência democrática. Possivelmente, muita gente nova não dê valor, mas esse período é o mais longo de democracia que estamos vivendo no Brasil. E quem viveu sob a égide de regime autoritário não quer voltar a viver sob a égide do regime autoritário.

A democracia é cansativa, a democracia exige que a gente discuta, que a gente debata, que a gente vote, que a gente perca, que a gente ganhe. Mas não tem nada no mundo, até agora, mais sagrado do que a democracia porque ela garante a liberdade de dizer sim, a liberdade de dizer não. Ela só não pode permitir o direito da omissão, porque esse é perdulário à nação.

Muito obrigado. E bom Congresso para todos vocês.

(S211A)